

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	10
-----------------------------------------------------	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial	49
-------------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	262.452
Preferenciais	0
Total	262.452
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	1.168.200	1.098.985
1.01	Ativo Circulante	173.244	97.661
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	68.061	27.149
1.01.02	Aplicações Financeiras	70.118	29.800
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	70.118	29.800
1.01.02.01.03	Titulos e Valores Mobiliários	70.118	29.800
1.01.03	Contas a Receber	30.918	36.595
1.01.03.01	Clientes	30.918	36.595
1.01.06	Tributos a Recuperar	665	134
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	665	134
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	665	134
1.01.07	Despesas Antecipadas	641	1.639
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.841	2.344
1.01.08.03	Outros	2.841	2.344
1.01.08.03.01	Empresas Relacionadas	69	260
1.01.08.03.02	Outros Créditos	2.772	2.084
1.02	Ativo Não Circulante	994.956	1.001.324
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	13.238	15.144
1.02.01.06	Tributos Diferidos	9.953	12.096
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.953	12.096
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	7	7
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	7	7
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.278	3.041
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	3.278	3.041
1.02.03	Imobilizado	29.438	30.350
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	29.438	30.350
1.02.04	Intangível	952.280	955.830
1.02.04.01	Intangíveis	952.280	955.830

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	1.168.200	1.098.985
2.01	Passivo Circulante	206.057	197.218
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.434	3.545
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.434	3.545
2.01.02	Fornecedores	7.348	14.025
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	7.348	14.025
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.091	7.396
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	6.091	7.396
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher	5.900	7.210
2.01.03.01.03	Programa de Parcelamento Especial - Paes	191	186
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	132.818	120.140
2.01.04.02	Debêntures	131.951	119.285
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	867	855
2.01.04.03.01	Arrendamento Mercantil	867	855
2.01.05	Outras Obrigações	27.526	27.427
2.01.05.02	Outros	27.526	27.427
2.01.05.02.04	Empresas Relacionadas	4.434	3.983
2.01.05.02.05	Credor pela Concessão	14.772	14.603
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	8.320	8.841
2.01.06	Provisões	27.840	24.685
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	27.840	24.685
2.01.06.01.05	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	8.466	8.570
2.01.06.01.06	Provisão para Manutenção	15.588	12.418
2.01.06.01.07	Provisão para Construção de Obras Futuras	3.786	3.697
2.02	Passivo Não Circulante	460.051	453.894
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	329.773	323.271
2.02.01.02	Debêntures	328.919	322.211
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	854	1.060
2.02.01.03.01	Arrendamento Mercantil	854	1.060
2.02.02	Outras Obrigações	63.860	63.995
2.02.02.02	Outros	63.860	63.995
2.02.02.02.03	Credor pela Concessão	59.440	59.432
2.02.02.02.04	Programa de Parcelamento Especial - Paes	749	753
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	3.671	3.810
2.02.03	Tributos Diferidos	4.233	4.487
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.233	4.487
2.02.04	Provisões	62.185	62.141
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	62.185	62.141
2.02.04.01.05	Provisão para Manutenção	42.272	43.402
2.02.04.01.06	Provisão para Construção de Obras Futuras	1.976	1.929
2.02.04.01.07	Provisão para perdas Tributárias, Trabalhistas e Cíveis	17.937	16.810
2.03	Patrimônio Líquido	502.092	447.873
2.03.01	Capital Social Realizado	302.547	302.547
2.03.01.01	Subscrito	314.052	314.052
2.03.01.02	A Integralizar	-11.505	-11.505
2.03.04	Reservas de Lucros	145.326	145.326

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03.04.01	Reserva Legal	53.670	53.670
2.03.04.10	Reserva de Dividendos	91.656	91.656
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	54.219	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	180.215	158.855
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-63.934	-48.715
3.03	Resultado Bruto	116.281	110.140
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-11.521	-10.464
3.04.01	Despesas com Vendas	-11.521	-10.412
3.04.01.01	Despesas Operacionais	-11.521	-10.412
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	-52
3.04.04.01	Outras Receitas, Liquidas	0	-52
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	104.760	99.676
3.06	Resultado Financeiro	-22.679	-26.754
3.06.01	Receitas Financeiras	2.435	1.440
3.06.02	Despesas Financeiras	-25.114	-28.194
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	82.081	72.922
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-27.862	-23.134
3.08.01	Corrente	-25.973	-20.502
3.08.02	Diferido	-1.889	-2.632
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	54.219	49.788
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	54.219	49.788
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,21000	0,19000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	95.719	84.028
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	123.661	118.252
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	82.081	72.922
6.01.01.02	Depreciação e amortização	15.125	13.978
6.01.01.03	Baixa do ativo imobilizado	474	115
6.01.01.04	Receita financeira sobre títulos e valores mobiliários	-104	-999
6.01.01.05	Encargos financeiros e variação monetária sobre financiamentos, empréstimos e debêntures	19.316	22.662
6.01.01.06	Variação monetária sobre direito de outorga	3.504	3.120
6.01.01.08	Baixa de provisão para manutenção e construção de obras	1.478	1.885
6.01.01.09	Provisões para manutenção e atualização monetária	694	4.047
6.01.01.10	Constituição/atualização monetária de provisão para contingências e depósitos judiciais	1.093	522
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-27.942	-34.224
6.01.02.01	Clientes	5.677	5.092
6.01.02.02	Impostos a recuperar	-531	0
6.01.02.03	Despesas antecipadas	998	1.132
6.01.02.04	Outros créditos	734	915
6.01.02.05	Fornecedores	-6.677	-7.868
6.01.02.06	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-1.310	-1.357
6.01.02.07	Obrigações sociais	889	-204
6.01.02.08	Empresas ligadas	642	-1.232
6.01.02.09	Provisões para contingências	-203	0
6.01.02.10	Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.889	0
6.01.02.11	PAES	1	19
6.01.02.12	Provisão para manutenção	0	-3.915
6.01.02.13	Juros pagos	-1.425	-52
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-27.966	-24.135
6.01.02.15	Outras contas a pagar	-660	-2.619
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-11.137	-5.060
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-1.113	-5.060
6.02.02	Aquisição de intangível	-10.024	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-43.670	-62.692
6.03.01	Títulos e valores mobiliários	-40.214	-39.112
6.03.02	Captação de empréstimos de terceiros	69	675
6.03.03	Pagamento de empréstimos, arrendamento mercantil e debêntures	-198	-189
6.03.04	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	0	-20.771
6.03.05	Credor pela concessão	-3.327	-3.295
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	40.912	16.276
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	27.149	12.708
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	68.061	28.984

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	302.547	0	145.326	0	0	447.873
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	0	145.326	0	0	447.873
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	54.219	0	54.219
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	54.219	0	54.219
5.07	Saldos Finais	302.547	0	145.326	54.219	0	502.092

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	302.547	0	86.267	-35.613	0	353.201
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	0	86.267	-35.613	0	353.201
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-41.091	-5.145	0	-46.236
5.04.06	Dividendos	0	0	-41.091	0	0	-41.091
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-5.145	0	-5.145
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	49.788	0	49.788
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	49.788	0	49.788
5.07	Saldos Finais	302.547	0	45.176	9.030	0	356.753

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	186.428	164.140
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	186.428	164.140
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-53.150	-38.127
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-45.105	-30.903
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-8.045	-7.224
7.03	Valor Adicionado Bruto	133.278	126.013
7.04	Retenções	-15.125	-13.978
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-15.125	-13.978
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	118.153	112.035
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.435	1.440
7.06.02	Receitas Financeiras	2.435	1.440
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	120.588	113.475
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	120.588	113.475
7.08.01	Pessoal	7.179	7.074
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.298	4.913
7.08.01.02	Benefícios	1.595	1.937
7.08.01.03	F.G.T.S.	286	224
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	34.076	28.419
7.08.02.01	Federais	27.862	23.134
7.08.02.03	Municipais	6.214	5.285
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	25.114	28.194
7.08.03.01	Juros	11.091	12.042
7.08.03.03	Outras	14.023	16.152
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	54.219	49.788
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	5.145
7.08.04.02	Dividendos	0	41.091
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	54.219	3.552

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Ecovias anuncia resultados do 1T11 com: *Crescimento no Ebitda de 5,5%*

São Bernardo do Campo, 10 de maio de 2011 – A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. anuncia seus resultados referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011 (1T11). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao trimestre findo em 31 de março de 2010 (1T10).

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- A receita líquida nos 1T11 foi de R\$180.215 mil, um crescimento de 13,4% em relação ao 1T10.
- O EBITDA de R\$119.887 mil no 1T11 demonstra um crescimento de 5,5% em relação ao 1T10, resultando em uma expressiva margem EBITDA de 66,5%.
- O lucro líquido foi de R\$54.219 no 1T11, atingindo um aumento de 8,9% com relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Destques (em milhares de reais – R\$)	1T11	1T10	Var.
Tráfego Total – milhares de veículos	10.325	9.159	12,7%
Tráfego Total – milhares de eixos equivalentes	14.421	13.131	9,8%
Tarifa Média ¹	11,70	11,58	1,0%
Receita líquida	180.215	158.855	13,4%
Lucro bruto	116.281	110.140	5,6%
EBIT ²	104.761	99.728	5,0%
Lucro líquido	54.219	49.788	8,9%
EBITDA ³	119.887	113.702	5,5%
Margem EBITDA	66,5%	71,6%	5,1 p.p
Capex	11.138	5.076	119,45%
Dívida Líquida	324.412	441.352	-26,50%

¹ em Reais

² $EBIT = Receita Líquida - Custo dos Serviços Prestados - Desp. Gerais e Administrativas$

³ $EBITDA = EBIT + Depreciação \& amortização$

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

PERFIL DA COMPANHIA

A concessionária Ecovias dos Imigrantes opera o Sistema Anchieta-Imigrantes, que liga a região metropolitana de São Paulo com o porto da cidade de Santos, o maior da América Latina, o Polo Petroquímico de Cubatão, as indústrias do ABCD Paulista e a Baixada Santista. A concessão para administrar seus 176,8 quilômetros de extensão, com movimento anual superior a 32 milhões de veículos pedagiados, foi firmada em 1998, com o Estado de São Paulo. A ligação da maior cidade do País com a região turística da Baixada Santista constitui-se também no mais importante corredor de importação/exportação da América Latina, de importância vital para a economia brasileira.

O sistema Anchieta-Imigrantes é formado pelas Rodovias Anchieta (SP-150), Imigrantes (SP-160), Padre Manoel da Nóbrega (SP-055, antiga Pedro Taques), Cônego Domênico Rangoni (SP-248/055, antiga Piaçaguera-Guarujá) e duas interligações entre a Anchieta e a Imigrantes, no Planalto Paulista (SP-041) e na Baixada Santista (SP059).

Em dezembro de 2006, a Companhia assinou com o governo do Estado de São Paulo um termo de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, que resultou na prorrogação do prazo de exploração da concessão por mais cinco anos e dez meses.

A Ecovias dos Imigrantes faz parte do Grupo EcoRodovias, que administra 1.459,3 quilômetros de rodovias, por onde circulam mais de 75 milhões de veículos por ano através de suas concessionárias Ecovias dos Imigrantes (SP), Ecopistas (SP), Ecovia Caminho do Mar (PR), Ecocataratas (PR) e Ecosul Rodovias do Sul (RS), que estão nos principais corredores de importação e exportação brasileiros e importantes pólos de turismo.

Modelo no setor de concessão rodoviária no Brasil, a Ecovias foi a primeira concessionária de rodovias do mundo a obter o Certificado de Gestão Ambiental ISO 14001, sendo o Grupo EcoRodovias a única holding do setor a ter quatro de suas cinco concessões rodoviárias certificadas em gestão ambiental.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ANÁLISE DO RESULTADO

Receita Bruta

A receita bruta com arrecadação de pedágios no 1T11 totalizou R\$186.428 mil, um crescimento de 13,6% em comparação aos 1T10.

O volume de tráfego, medido pelo número de veículos, teve um aumento de 12,7%, em relação ao 1T10, resultado de um aumento de 4,3% no tráfego de veículos comerciais, e um aumento de 13,7% do tráfego de veículos de passeio. No tráfego medido pelo conceito de eixos equivalentes, houve um aumento de 9,8% em relação ao 1T10.

O tráfego de veículos de passeio da Companhia registrou um crescimento devido, principalmente, ao aumento do turismo aliado às boas condições climáticas da região e aos feriados do trimestre.

As receitas acessórias e de prestação de serviços somaram R\$7.801 mil, uma queda de 3,2% sobre o mesmo trimestre do ano anterior.

Volume de Tráfego			
(nº de veículos pagantes)	1T11	1T10	Var.
Passeio	8.740.050	7.686.401	13,7%
Comercial	1.584.961	1.472.821	7,6%
Total	10.325.011	9.159.222	12,7%
Eixos equivalentes			
(pagantes)			
Passeio	8.743.923	7.689.452	13,7%
Comercial	5.677.220	5.441.547	4,3%
Total	14.421.143	13.130.999	9,8%

Nota:

Eixo equivalente é uma unidade básica de referencia em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de eixo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em eixos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

Receita Bruta			
(R\$ milhares)	1T11	1T10	Var.
Receitas de Pedágio	168.672	152.102	10,9%
Receitas Acessórias	7.801	8.062	-3,2%
Receita de Construção ICPC-01	9.955	3.976	150,4%
Total	186.428	164.140	13,6%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Custos Operacionais e Despesas Administrativas

O custo dos serviços prestados e despesas administrativas nos 1T11 apresentaram um aumento de 27,6% sobre o mesmo trimestre do ano anterior, somando R\$74.455 mil.

As principais variações ocorridas foram:

- acréscimo nos custos com depreciação, em função de novas aquisições de ativo imobilizado;
- acréscimo nos custos e despesas com serviços de terceiros, com relevância nos serviços de consultoria e assessoria de informática com a terceirização de serviços de manutenção eletro-eletrônica.

Em relação à receita líquida, os custos operacionais e despesas administrativas, representando 41,9% da receita líquida, um aumento de 4,7 pontos percentuais quando comparados ao 1T10.

A tabela abaixo apresenta, em maiores detalhes, os custos operacionais e despesas administrativas da Ecovias:

Custos operacionais e despesas administrativas			
(milhares)	1T11	1T10	Var.
Pessoal	7.179	7.074	1,5%
Conservação e manutenção	4.434	3.757	18,0%
Serviços de terceiros	18.022	15.962	12,9%
Seguros	998	1.132	-11,9%
Poder concedente	8.354	4.805	73,9%
Depreciação e amortização	15.126	13.959	8,4%
Provisão manutenção ICPC 01	6.846	3.986	71,8%
Custo de construção de obras ICPC 01	9.955	3.976	150,4%
Locações	596	703	-15,2%
Outros	3.945	3.759	4,9%
TOTAL	75.455	59.112	27,6%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

EBIT

No 1T11, o EBIT (receita líquida – custo dos serviços prestados – despesas gerais e administrativas) totalizou R\$104.761 mil, um crescimento de 5,0% em relação ao 1T10.

EBITDA

O EBITDA (EBIT + depreciação & amortização) apresentou um crescimento 5,5% no 1T11 em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, atingindo R\$119.887 mil. A margem EBITDA sofreu queda de 5,1 pontos percentuais na comparação com o 1T10, atingindo 66,5% no 1T11.

Resultado Financeiro

O efeito financeiro líquido no 1T11 foi negativo em R\$22.679 mil, em comparação ao resultado negativo de R\$26.755 mil nos 1T10, representando uma queda de 15,2%.

A tabela a seguir apresenta o resultado financeiro em maiores detalhes:

Efeito financeiro			
(milhares)	1T11	1T10	Var.
Varição Monetária, líquida	(11.521)	(13.204)	-13,4%
Juros sobre financiamentos e debêntures	(11.091)	(12.096)	-8,3%
Outros efeitos financeiros	(937)	(1.009)	1,5%
Ajuste a valor presente – ICPC01	(1.478)	(1.762)	-21,6%
Receitas Financeiras e outras	2.348	1.440	63,1%
TOTAL	(22.679)	(26.631)	-15,2%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Imposto de Renda e Contribuição Social

O 1T11 apresentou-se um aumento de 12,6%, decorrente de um acréscimo no resultado antes do imposto de renda e contribuição social quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Lucro Líquido

O lucro líquido do 1T11 totalizou R\$54.219 mil onde representa um aumento de 8,9% em relação aos R\$49.788 mil apresentados no mesmo trimestre do ano anterior,

Em relação à receita líquida, o lucro líquido apresentou nos 1T11 margem de 30,1%, uma queda de 1,3 pontos percentuais comparando com o 1T10.

ENDIVIDAMENTO

Em 31 de março de 2011, a dívida total da Ecovias somava R\$462.591 mil, um queda de 14,4% sobre os R\$443.412 mil apresentado no ano de 2010, sendo que em relação à dívida líquida, registramos uma queda de 26,5%.

A tabela abaixo apresenta a composição da dívida em maiores detalhes:

Credores (R\$)	31/3/2011	31/12/2010	Var.	Taxas Atuais	Vencimento
Debêntures (*)	460.870	441.496	-14,4%	IGP-M + 9,50% / 104,00% CDI	nov/14
Arrendamento Mercantil	1.721	1.915	-5,3%	de 1,20% a 1,45% a.m.	de setembro – 2012 a junho - 2013
Dívida Total	462.591	443.412	-14,4%		
Caixa e equivalentes de caixa	68.061	27.149	134,8%		
Aplicação financeira vinculada (**)	70.118	29.800	-0,1%		
Dívida Líquida	324.412	386.463	-26,5%		

(*) Debêntures emitidas em 3 séries sendo:

Séries	Valor do Principal	Juros
1ª Série	135.000	104,00% CDI
2ª Série	157.500	IGP-M + 9,50% ao ano
3ª Série	157.500	IGP-M + 9,50% ao ano

(**) Os montantes referem-se a recursos para liquidação de remuneração das debêntures e conta de ajuste das debêntures como garantia de recursos para pagamento de juros e principal registrados na rubrica “Títulos e valores mobiliários”.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Praticamente 100% da dívida total são representadas pelas debêntures, e sua amortização ocorrerá no período de 2010 a 2014.

CAPEX

Os investimentos realizados pela Ecovias no 1T11 totalizaram R\$11.138 mil, 119,4% superiores aos realizados no mesmo período do ano anterior onde totalizaram R\$5.076.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada pela EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

As informações no comentário de desempenho no trimestre sobre o Volume de Tráfego, Tarifa Média, Margem EBITDA, Capex e aspectos quantitativos sobre o EBIT e EBITDA não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.

Disclaimer

Estas informações e declarações contêm considerações futuras referentes às perspectivas de negócios, que estão sujeitas a riscos e incertezas. Tais considerações refletem as crenças e perspectivas de nossa Administração e a informações que a Companhia possui acesso. As declarações sobre o futuro não são garantias de desempenho e as condições dependem, sobretudo, das condições econômicas, de mercado, políticas governamentais e fatores operacionais. Portanto, os resultados futuros das empresas do grupo poderão diferir significativamente das atuais expectativas.

Notas Explicativas
CONCESSIONARIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2011**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Ecovias” ou “Companhia”) iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão, pelo prazo de 20 anos e mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios.

Em 26 de agosto de 2009, a controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., mediante processo de aumento de capital na EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., transferiu o seu investimento da Companhia para a sua controlada direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**2.1. Declaração de conformidade e base de preparação**

As informações contábeis intermediárias da Sociedade, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, compreendem:

- a) As informações contábeis intermediárias elaboradas de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standard Board - IASB e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Notas Explicativas

2.1. Base de elaboração

As informações trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas informações trimestrais da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”). As informações trimestrais são apresentadas em reais, a moeda funcional da Companhia.

2.3. Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e “empréstimos e recebíveis”. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 a Companhia possuía instrumentos financeiros ativos classificados na categoria de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado.

a) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os ativos financeiros classificados pela Companhia na categoria de empréstimos e recebíveis compreendem, substancialmente, os ativos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras e depósitos judiciais. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Para a classificação como caixa e equivalentes de caixa a Companhia considera e avalia os instrumentos cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Notas Explicativas

b) Aplicações financeiras

- Aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

- Aplicações financeiras mantidos para negociação

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem mantidos até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

c) Deterioração de instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (“impairment”). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

2.4. Imobilizado

Os terrenos não são depreciados. As edificações, os móveis e utensílios e os equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

A Companhia não optou pela adoção da prática de revisão dos custos históricos dos bens do ativo imobilizado e utilização da prática do “custo atribuído” (“deemed cost”), conforme opção prevista nos parágrafos 20 a 29 da interpretação técnica ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento.

Notas Explicativas

2.5. Ativos intangíveis

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ele tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os sistemas de software são registrados ao custo de aquisição, sendo a amortização registrada pelo prazo de até cinco anos de forma linear.

2.6. Provisão para recuperação de ativos de longa vida com prazos determinados

A Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado e intangíveis de vida útil definida (substancialmente representados pelos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão) a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa.

O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda; e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Notas Explicativas

2.7. Passivos financeiros

Instrumentos financeiros passivos não derivativos:

Os passivos financeiros da Companhia são substancialmente representados por fornecedores, arrendamento mercantil, empréstimos e financiamentos. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Quando aplicável serão demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

São Classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.8. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos da Companhia são classificados como operacional.

2.9. Tributação

Impostos correntes

A provisão para imposto de a renda está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de a renda é calculada individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do período. Em virtude da aplicação do Regime Tributário de Transição - RTT não existem efeitos registrados nos impostos correntes.

Impostos diferidos

O imposto de renda diferido (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no fim de cada período entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas informações trimestrais e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios, se aplicável) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

Notas Explicativas

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

As receitas com arrecadação de pedágio e outras estão sujeitas ao Imposto Sobre Serviços - ISS, ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos. Os tributos PIS e Cofins são apresentados como dedução da receita operacional bruta nas demonstrações do resultado e o ISS é apresentado como dedução dos custos e serviços.

2.10. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Notas Explicativas

Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos consultores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 19.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída, tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 90 dias, conforme base histórica de perda.

2.11. Demais passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

2.12. Reconhecimento da receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- a) As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- b) As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como “Receitas antecipadas”, no passivo circulante, na rubrica “Outras contas a pagar”, sendo apropriadas como receitas ao resultado do período à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.
- c) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. A receita de operação e serviço são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

2.13. Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 24.

Notas Explicativas

2.14. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às informações trimestrais, mas antes da data de autorização para emissão das referidas informações trimestrais, é registrada na rubrica “Dividendo adicional proposto”, sendo seus efeitos divulgados na nota explicativa nº 20.d).

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

2.15. Demonstração do valor adicionado

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Sociedade, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis e como informação suplementar às demonstrações contábeis.

2.16. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não adotadas

Diversas normas emendam a normas e interpretações IFRSs emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o período encerrado em 31 de março de 2011, sendo essas:

- a) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, emitida em novembro de 2009 e alterada em outubro de 2010, introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.
- b) Modificações à IFRS 7 - Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros (equivalente ao CPC 40) aumentam as exigências de divulgação de transações envolvendo transferências de ativos financeiros.
- c) Modificações à IAS 32 - Classificação de Direitos (equivalente ao CPC 39) abordam a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro. Modificação à IAS 12 sobre impostos diferidos (recuperação dos ativos subjacentes): em 20 de dezembro de 2010, o IASB emitiu a modificação da “IAS 12 - Income Taxes” denominada “Deferred Tax: Recovery of Underlying Assets”. A IAS 12 requer que uma entidade mensure os impostos diferidos relativos a um ativo dependendo de se a entidade espera recuperar o valor contábil do ativo por meio do uso ou da venda.

Notas Explicativas

- d) Modificação à IFRS 1 sobre a eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs: em 20 de dezembro de 2010, o IASB emitiu a modificação à “IFRS 1 - First-time Adoption of International Financial Reporting Standards (IFRSs)”, que trata da eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, espera-se que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Administração da Companhia entende que a aplicação de certos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas informações trimestrais nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos reportados anteriormente. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

A preparação das informações trimestrais de acordo com as normas do CPC determina que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizados na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e a elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

As estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Notas Explicativas

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível ou ativo financeiro, avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. Os tratamentos contábeis para cada contrato de concessão da Companhia e suas características estão descritos na nota explicativa nº 30.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerão quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá em função da curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão.

A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados analisando variáveis independentes para projeção, tais como variáveis macroeconômicas (Produto Interno Bruto - PIB, Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, dólar, exportação e importação, índices de combustíveis, índices de confiança do consumidor, Índice de Preços ao Consumidor - IPC), setoriais (produção e venda de automóveis e veículos comerciais, PIB agrícola, PIB industrial, PIB serviços, índice ABCR), “commodities” (açúcar, soja em grão e em farelo, preço de petróleo WTI e Brent, movimentação de cargas de milho, complexo soja e fertilizantes no porte de Paranaguá), clima (pluviometria e temperatura), sazonalidade (meses do ano, quantidade de feriados no mês, dia da semana do feriado) e variáveis estruturais (novas pistas, novas praças de pedágio). A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão; nessas projeções não é considerado o potencial aumento de tráfego decorrente de realização de obras futuras.

Notas Explicativas

Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar margem de lucro. Na contabilização das margens de construção a Administração da Companhia avalia questões relacionadas a responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, para alguma empresa do Grupo EcoRovias que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

Provisão para manutenção referente ao contratos de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida ao custo do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das manutenções.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para obras futuras decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia e a provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionados à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada através do método de projeção de fluxos de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão) e descontados através da aplicação da taxa de desconto que varia entre 9,62% a 11,56% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações do período. Vide notas explicativas nº 16 e nº 17.
- b) Credores da concessão: decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na nota explicativa nº 18.

Notas Explicativas

Análise de recuperação de ativos de vida útil determinada

Na elaboração das informações trimestrais, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (“impairment” ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução ao valor recuperável é registrada ao resultado do período. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nessas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada. A Companhia não identificou situações que requeressem o reconhecimento de provisão em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Caixa e bancos-		
Em moeda nacional	4.168	7.518
Aplicações financeiras-		
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (*)	<u>63.893</u>	<u>19.631</u>
	<u>68.061</u>	<u>27.149</u>

(*) Os recursos não vinculados referem-se substancialmente a aplicações financeiras em CDBs, remunerados a taxas que variam entre 100,0% e 100,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses em média e possuem liquidez imediata.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários de curto prazo, representados por títulos de alta liquidez.

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	<u>70.118</u>	<u>29.800</u>

São formados por CDB e remunerados a taxas que variam entre 100,2% e 101,5% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários por estarem vinculadas ao processo de liquidação de remuneração das debêntures da Companhia como garantia de recursos para pagamento de juros e principal (vide nota explicativa nº 14).

Notas Explicativas

6. CLIENTES

Representados substancialmente por valor a receber de pedágio eletrônico, faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Pedágio eletrônico	22.535	31.164
Cupons de pedágio	6.351	3.328
Outras contas - receitas acessórias	<u>2.032</u>	<u>2.103</u>
	<u>30.918</u>	<u>36.595</u>

Em 31 de março de 2011, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de clientes.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
A vencer	<u>30.902</u>	<u>36.588</u>
Vencidos:		
Até 30 dias	13	2
De 31 a 60 dias	<u>3</u>	<u>5</u>
	<u>30.918</u>	<u>36.595</u>

7. DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo de R\$641 (R\$1.639 em 31 de dezembro de 2010) refere-se, substancialmente, a prêmios de seguros a apropriar, alugueis e Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU.

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

	<u>31/03/2011</u>
Saldo no início do período	3.041
Adições	155
Atualização monetária	<u>82</u>
Saldo no final do período	<u>3.278</u>

Notas Explicativas

9. IMOBILIZADO

	Hardware e equipamentos de pedágio	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos e edificações	Outros	Imobilizado
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>14.628</u>	<u>4.097</u>	<u>2.389</u>	<u>5.590</u>	<u>3.646</u>	<u>30.350</u>
Adições	91	761	33	28	200	1.113
Baixas	-	-	-	-	(474)	(474)
Depreciações	(1.013)	(237)	(84)	(49)	(168)	(1.551)
Saldos em 31 de março de 2011	<u>13.706</u>	<u>4.621</u>	<u>2.338</u>	<u>5.569</u>	<u>3.204</u>	<u>29.438</u>
Taxas anuais de depreciação - %	<u>21,4</u>	<u>10,1</u>	<u>10,0</u>	<u>-</u>	<u>17,6</u>	<u>-</u>

Em 31 de março de 2011, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos financiamentos ou de processos de qualquer natureza.

Em virtude da prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses, o prazo de depreciação da obra principal foi revisado com vistas ao novo prazo final da concessão. Esse novo prazo de depreciação não ultrapassa o período de vida útil estimado dos bens.

No período findo em 31 de março de 2011, foram capitalizados R\$70 de encargos financeiros decorrentes de empréstimos obtidos com terceiros (R\$121 em 31 de dezembro de 2010).

A Administração da Companhia, com base em laudos internos de engenharia, entende que seus ativos permanentes estão registrados próximo ao custo atribuído. Por esse motivo, não se constatou necessidade de reavaliar os valores dos ativos da Companhia.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

10. INTANGÍVEL

	Contratos de concessão	Intangível em andamento	Software de terceiros	Intangível
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>954.703</u>	<u>440</u>	<u>687</u>	<u>955.830</u>
Adições	9.350	601	73	10.024
Amortizações	(13.513)	-	(61)	(13.574)
Saldos em 31 de março de 2011	<u>950.540</u>	<u>1.041</u>	<u>699</u>	<u>952.280</u>
Taxas anuais de amortização - %	<u>(*)</u>	<u>-</u>	<u>5,0</u>	<u>-</u>

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão são reconhecidos ao resultado através da projeção da curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes ativos estão disponíveis para uso, este método reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

Notas Explicativas**11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL****a) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

A Companhia reconheceu os créditos tributários no ativo, referentes à provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, e no passivo, referentes às diferenças temporais pela adoção da Lei nº 11.638/07, ao ajuste a valor presente do direito de outorga, ao ônus da concessão e à capitalização de juros de empréstimos no ativo imobilizado. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado, ao menos, anualmente. Caso ocorram fatores relevantes que modifiquem essas projeções, elas serão revisadas durante o período pela Companhia. A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporais serão realizados na proporção da resolução final das provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e dos eventos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	6.099	5.715
Provisão para manutenção/obras futuras	4.768	6.921
Juros capitalizados	(1.694)	(1.652)
Outros	<u>(3.453)</u>	<u>(3.375)</u>
	<u>5.720</u>	<u>7.609</u>
Ativo diferido	9.953	12.096
Passivo diferido	<u>(4.233)</u>	<u>(4.487)</u>
	<u>5.720</u>	<u>7.609</u>

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do período os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Variação no:		
Imposto de renda corrente	(19.078)	(15.055)
Imposto de renda diferido	<u>(2.065)</u>	<u>(1.781)</u>
	<u>(21.143)</u>	<u>(16.836)</u>
Variação na:		
Contribuição social corrente	(6.895)	(5.447)
Contribuição social diferida	<u>176</u>	<u>(897)</u>
	<u>(6.719)</u>	<u>(6.344)</u>

Notas Explicativas

c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos períodos os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	82.081	72.922
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(27.908)	(24.793)
Juros sobre o capital próprio	-	1.749
Imposto de renda e contribuição social sobre adições permanentes	<u>46</u>	<u>(90)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(27.862)</u>	<u>(23.134)</u>

12. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Impostos sobre faturamento:		
ISS	3.119	3.679
Cofins	1.726	1.985
PIS	374	430
Outros impostos	<u>681</u>	<u>1.116</u>
	<u>5.900</u>	<u>7.210</u>

13. ARRENDAMENTO MERCANTIL

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Obrigações brutas de arrendamento financeiro -pagamentos mínimos de arrendamento:		
Menos de um ano	852	842
Mais de um ano e menos de cinco anos	<u>854</u>	<u>1.060</u>
	1.706	1.902
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	<u>15</u>	<u>13</u>
Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil	<u>1.721</u>	<u>1.915</u>
Circulante	<u>867</u>	<u>855</u>
Não circulante	<u>854</u>	<u>1.060</u>

A contrapartida dos saldos de arrendamento mercantil financeiro está registrada na rubrica "Imobilizado" e apresenta R\$1.720 em 31 de março de 2011 (R\$1.915 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

14. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Principal corrigido	439.050	431.033
Remuneração (juros)	25.550	14.486
Custos com emissão de debêntures	<u>(3.730)</u>	<u>(4.023)</u>
	<u>460.870</u>	<u>441.496</u>
Circulante	<u>131.951</u>	<u>119.285</u>
Não circulante	<u>328.919</u>	<u>322.211</u>

A Companhia concluiu, em 21 de dezembro de 2006, a emissão de R\$450.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$135.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 1º de novembro de 2013, e a segunda e terceira séries de R\$157.500 cada uma, com prazo de vencimento de 90 e 96 meses e vencimentos finais em 1º de maio e 1º de novembro de 2014, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 104% do CDI, pago semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IGP-M e remuneração correspondente a 9,5% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre as duas séries.

No período de 2010, a Companhia efetuou pagamento de R\$161.500, sendo R\$64.750 referentes a juros da primeira, segunda e terceira séries das debêntures e R\$96.750 referentes ao valor principal da primeira, segunda e terceira séries.

No período de 2011, a Companhia ainda não efetuou nenhum pagamento de juros ou valor principal.

Essa operação teve classificação de risco “brAA-” da Standard & Poors.

Descrição

Forma e conversibilidade	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações
Quantidade emitida	45.000 (em três séries)
Valor nominal unitário na data da emissão	R\$10,00
Valor nominal unitário atualizado em 31 de março de 2011	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$10,72 3ª série - R\$10,72
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IGP-M

Notas ExplicativasDescrição

Remuneração (juros e correção)	1ª série - 104% do CDI 2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/2007 a 01/11/2013) 2ª série: parcelas anuais (01/05/2008 a 01/05/2014) 3ª série: parcelas anuais (01/11/2007 a 01/11/2014)
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas semestrais (01/05/2010 a 01/11/2013) 2ª série: parcelas anuais (01/05/2010 a 01/05/2014) 3ª série: parcelas anuais (01/11/2010 a 01/11/2014)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculado de 50% dos valores creditados em conta corrente a partir do 6º dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor
Instituição depositária das debêntures	Banco Bradesco S.A.
Local de pagamento	CETIP e CBLC
Instituição responsável pela conta de reserva	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.
Agente fiduciário	Oliveira Trust DTVM S.A.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/03/2011			31/12/2010		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2012	121.741	(963)	120.778	119.603	(1.074)	118.529
2013	121.741	(963)	120.778	119.603	(1.074)	118.529
2014	<u>87.990</u>	<u>(627)</u>	<u>87.363</u>	<u>85.852</u>	<u>(699)</u>	<u>85.153</u>
	<u>331.472</u>	<u>(2.553)</u>	<u>328.919</u>	<u>325.058</u>	<u>(2.847)</u>	<u>322.211</u>

O contrato da Companhia requer a manutenção dos índices financeiros menores que 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e índices financeiros maiores que 1,3 ponto em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e principal pagos no período), tendo como base as informações trimestrais. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 31 de março de 2011, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

Notas Explicativas

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações está destacada a seguir:

	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Debêntures 1ª série	01/11/2006	135.000	(2.677)	132.323	104% CDI	107% CDI
Debêntures 2ª série	01/11/2006	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,32% + IGP-M
Debêntures 3ª Série	01/11/2006	<u>157.500</u>	<u>(3.124)</u>	<u>154.376</u>	9,5% + IGP-M	10,35% + IGP-M
		<u>450.000</u>	<u>(8.925)</u>	<u>441.075</u>		

As taxas aplicáveis à remuneração das debêntures listadas foram determinadas através de procedimento de “bookbuilding”, que consiste na coleta de intenções de investimento conduzido pelos coordenadores da oferta, nos termos do artigo 44 da Instrução CVM nº 400/03. Esse procedimento tem a finalidade de estabelecer as taxas de juros finais que remunerarão as debêntures e, portanto, não foram apurados prêmios ou deságios quando das emissões dos valores mobiliários listados.

15. TRANSAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles ligadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, e serviços de consultoria.

As transações dos períodos e os saldos correspondentes são demonstrados a seguir:

Balanco patrimonial

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante
	Créditos diversos	Créditos diversos	Imobilizado	Contas a pagar
<u>Companhia</u>				
Consórcio Serra do Mar S.A. (a)	69	-	5.779	-
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	=	7	-	4.434
Total em 31 de março de 2011	<u>69</u>	<u>7</u>	<u>5.779</u>	<u>4.434</u>
Total em 31 de dezembro de 2010	<u>260</u>	<u>7</u>	<u>16.600</u>	<u>3.983</u>

Demonstração do resultado

<u>Companhia</u>	Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	<u>3.791</u>	10.805
Total em 31 de março de 2011	<u>3.791</u>	<u>10.805</u>
Total em 31 de março de 2010	<u>13.620</u>	<u>38.820</u>

Notas Explicativas

- (a) O Consórcio Serra do Mar, formado pelos controladores e pelas seguintes empresas relacionadas à Companhia: C.R. Almeida Engenharia de Obras S.A., Impregilo SPA Sucursal Brasil e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A., presta serviços para construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cônego Domenico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágios. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e o Consórcio Serra do Mar é de R\$180.589. Em 31 de março de 2011, há um saldo de R\$33.211 a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.
- (b) A controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$58.381.

Em 31 de março de 2011, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

No período findo em 31 de março de 2011, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

Em Assembleia Geral Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 em R\$868.

A remuneração paga aos administradores no período está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Salários e ordenados	101	573
Participação nos resultados	<u>44</u>	<u>373</u>
	<u>145</u>	<u>946</u>

Notas Explicativas**16. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO**

Os valores registrados como provisão de manutenção referem-se à manutenção do sistema rodoviário, ajustados a valor presente com a taxa de 9,62% ao ano. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem a cada quatro anos.

Os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Constituição da provisão para manutenção e ajuste a valor presente	72.070	69.456
Ajuste a valor presente - realizações	<u>(14.210)</u>	<u>(13.636)</u>
	<u>57.860</u>	<u>55.820</u>
Circulante	<u>15.560</u>	<u>12.418</u>
Não circulante	<u>42.272</u>	<u>43.402</u>

17. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível.

Os valores são ajustados a valor presente a taxas de 9,62% ao ano.

Em 31 de março de 2011 o saldo é de R\$5.762 (R\$5.626 em 31 de dezembro de 2010 e está demonstrado a seguir:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Constituição da provisão para obras futuras	7.909	7.909
Ajuste a valor presente	<u>(2.147)</u>	<u>(2.283)</u>
	<u>5.762</u>	<u>5.626</u>
Circulante	<u>3.786</u>	<u>3.697</u>
Não circulante	<u>1.976</u>	<u>1.929</u>

Notas Explicativas

18. CREDOR PELA CONCESSÃO

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Parcelas fixas	72.227	72.049
Parcelas variáveis	<u>1.985</u>	<u>1.986</u>
	<u>74.212</u>	<u>74.035</u>
Circulante	<u>14.772</u>	<u>14.603</u>
Não circulante	<u>59.440</u>	<u>59.432</u>

O contrato de concessão rodoviária, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Em 31 de março de 2011, restam 86 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 64,17% do total (62,92% em 31 de dezembro de 2010).

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente e a Deliberação CVM nº 564/08, foi introduzido o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações do credor pela concessão considerando uma taxa de desconto de 9,5% ao ano, similar à taxa de juros atribuída às operações da segunda e terceira séries das debêntures, também atualizadas monetariamente pelo IGP-M. Foi revertido ao resultado do período findo em 31 de março de 2011 o desconto no valor de R\$1.344, somado à atualização monetária do direito de outorga, no valor de R\$2.160, e totalizou o valor líquido de R\$3.504 de variações financeiras do direito de outorga, registrado na rubrica "Resultado financeiro".

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação.

A Companhia mantém em vigor coberturas de seguros necessárias para garantir uma efetiva e abrangente cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. Todas as apólices de seguro incluem o Poder Concedente e a Companhia, como co-segurados, e possui prazo mínimo de vigência o período de 12 meses.

As coberturas de seguro deverão manter-se em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário. Além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, contratará e manterá em vigor, por todo o tempo da concessão, as coberturas de seguro do tipo riscos operacionais, riscos de engenharia e responsabilidade civil de empresas concessionárias de rodovias.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
2011		-
2012	-	11.553
2013	12.160	10.842
2014	11.105	9.901
2015	10.142	8.258
Posteriores a 2016	<u>26.033</u>	<u>18.878</u>
	<u>59.440</u>	<u>59.432</u>

Notas Explicativas**19. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS**

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia. A respectiva provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos cujas possibilidades de desembolso futuro foram avaliadas como prováveis, com base na opinião de seus consultores legais.

O saldo da provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis está demonstrado a seguir:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Cíveis (a)	12.019	11.682
Tributários (b)	550	526
Trabalhistas (c)	<u>5.368</u>	<u>4.602</u>
Não circulante	<u>17.937</u>	<u>16.810</u>

A Movimentação entre os períodos findos em 31 de dezembro de 2010 a 31 de março de 2011.

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>31/03/2011</u>
Cível (a)	11.682	86	(44)	295	12.019
Tributária (b)	526	10	-	14	550
Trabalhista (c)	<u>4.602</u>	<u>824</u>	<u>(159)</u>	<u>101</u>	<u>5.368</u>
	<u>16.810</u>	<u>920</u>	<u>(203)</u>	<u>410</u>	<u>17.937</u>

(a) Processos cíveis

Correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outras provisões para perdas de natureza cível que totalizam, em 31 de março de 2011, R\$3.308 (R\$2.681 em 31 de dezembro de 2010), avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos tributários

Em 31 de março de 2011, existem também outros processos de natureza tributária, que totalizam R\$12.461 (R\$12.461 em 31 de dezembro de 2010), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

A principal demanda refere-se a processo administrativo fiscal decorrente de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em São Bernardo do Campo – SP, por ter a fiscalização desconsiderado o regime de caixa no reconhecimento das receitas de variação cambial e, por consequência, exigido os valores devidos a título de IRPJ e CSLL. A defesa administrativa apresentada foi apreciada em dezembro de 2009, tendo sido o auto julgado de forma parcialmente favorável à Ecovias, para reduzir o valor originalmente discutido de R\$81.000 para aproximadamente R\$11.400, para o qual não foi constituída provisão contábil, tendo em vista o entendimento dos consultores legais responsáveis pela condução do processo de que as chances de perda para esse caso são remotas com relação à discussão do principal do tributo e à multa de 75% e possíveis com relação à imputação de juros proporcionais.

Notas Explicativas

(c) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processo de valor individual relevante. Em 31 de março de 2011, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$7.517 (R\$8.043 em 31 de dezembro de 2010), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de março de 2011, o capital social subscrito é de R\$314.052, sendo a parcela a integralizar de R\$11.505. O capital social integralizado de R\$302.547 estava representado por 262.452.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Capital autorizado

Conforme o artigo 5º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social em até 52.965.000 ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

c) Reserva de lucros – legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do período ajustado, limitada a 20% do capital social.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do período ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio limitados à variação “pro rata” dia da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP vigente no período, no valor de R\$16.371 (R\$2.456 de IRRF), os quais foram contabilizados como despesas financeiras para fins fiscais e estão demonstrados como distribuição de dividendos para fins contábeis, visando não produzir efeito no lucro líquido, a não ser pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica “Imposto de renda e contribuição social”.

A Companhia efetuou pagamento de dividendos que totalizaram R\$94.452 no período findo em 31 de dezembro de 2010, sendo R\$53.361 relativos aos lucros intermediários de 2010 e R\$41.091 referente ao lucro do período de 2009.

Adicionalmente, foram pagos R\$1.465 referentes a juros sobre o capital próprio relativos ao período de 2009, (líquidos de IRRF).

Em 31 de março de 2011 não houve pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio.

Notas Explicativas

21. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS – ISS

Em 1999, os serviços de exploração de rodovias foram incluídos na lista de serviços tributados pelo ISS. A Companhia iniciou negociações com o Poder Concedente para obter reequilíbrio financeiro do contrato, visto que não foi considerada a incidência desse imposto na tarifa de pedágio. Em 2001, a Companhia iniciou o recolhimento do ISS para as prefeituras dos municípios abrangidos pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, conforme regulamentação por parte destas (exceto para a Prefeitura do Município de São Paulo, a qual não regulamentou o imposto naquele ano).

Uma vez que esse tributo não foi previsto na proposta da concessão, a Companhia, por meio dos preceitos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e aprovação pelo Poder Concedente, compensou no período findo em 31 de março de 2010, o valor de R\$7.955 pago às prefeituras com os valores referentes ao ônus da concessão. Do início do reequilíbrio econômico-financeiro até 31 de março de 2011, o valor total compensado foi de R\$212.196 (R\$200.368 em 31 de dezembro de 2010).

22. RECEITA LÍQUIDA

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	75.694	73.420
Pedágio por equipamento eletrônico	81.827	66.839
Vale-pedágio e pedágio em cupons	10.936	11.626
Outras	<u>215</u>	<u>217</u>
	168.672	152.102
Receitas com construção	9.955	3.976
Receitas acessórias (*)	<u>7.801</u>	<u>8.062</u>
	17.756	12.038
Receita bruta	<u>186.428</u>	<u>164.140</u>
Deduções de receita	<u>(6.213)</u>	<u>(5.285)</u>
Receita líquida	<u>180.215</u>	<u>158.855</u>

(*) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação, concessão de acessos e outros.

Notas Explicativas**23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS – POR NATUREZA**

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Pessoal	7.179	7.074
Conservação e manutenção	4.434	3.757
Serviços de terceiros (*)	18.022	15.961
Seguros	998	1.132
Poder Concedente	8.354	4.805
Provisão para manutenção	6.846	3.986
Custos com construção	9.955	3.976
Depreciação e amortização	15.125	13.978
Locações	596	703
Outros	<u>3.946</u>	<u>3.759</u>
	<u>75.455</u>	<u>59.127</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	63.934	48.715
Despesas gerais e administrativas	<u>11.521</u>	<u>10.412</u>
	<u>75.455</u>	<u>59.127</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.

24. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	2.348	1.388
Variação monetária sobre financiamentos	86	-
Outras	<u>1</u>	<u>52</u>
	<u>2.435</u>	<u>1.440</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(11.091)	(12.042)
Juros sobre financiamentos	-	(54)
Variação monetária sobre debêntures	(8.017)	(10.084)
Variação monetária sobre direito de outorga	(3.504)	(3.120)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(294)	(482)
Ajuste a valor presente – provisão para manutenção – ICPC 01	(1.478)	(1.885)
Outras	<u>(730)</u>	<u>(481)</u>
	<u>(25.114)</u>	<u>(28.194)</u>
Resultado financeiro	<u>(22.679)</u>	<u>(26.754)</u>

Notas Explicativas**25. LUCRO POR AÇÃO**

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Lucro básico por ação das operações – R\$	<u>0,21</u>	<u>0,19</u>

b) Lucro básico por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Lucro do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	<u>54.219</u>	<u>49.788</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	<u>262.452</u>	<u>262.452</u>

c) Lucro básico diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas.

26. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Companhia tem como política a distribuição de participação no resultado aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. No período findo em 31 de março de 2011, a participação nos lucros e resultados foi de R\$286 (R\$1.440 em 31 de dezembro de 2010), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia participa de operações envolvendo os instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. No entanto, em 31 de dezembro de 2010, não possui operações destinadas a reduzir a exposição a riscos de mercado e taxa de juros. A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas não deveria ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Notas Explicativas

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de março de 2011.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. São definidos como ativos mantidos para negociação.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários: são formados por CDBs, remunerados a taxas que variam entre 100,0 a 101,0% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Arrendamento mercantil e debêntures: registrados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos seus valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 13 e nº 14.

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de março de 2011 são como segue:

	<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:		
Caixa e equivalentes de caixa	68.061	68.061
Clientes	30.918	30.918
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	134.011	134.011
Passivos:		
Fornecedores	7.348	7.348
Arrendamento mercantil	1.721	1.721
Debêntures	460.870	460.870
Credor pela concessão	74.212	95.774

a) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras, arrendamento mercantil e debêntures de curto e longo prazos.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Notas Explicativas

b) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem em clientes.

A Companhia vem aplicando recursos em instituições financeiras de baixo risco avaliadas por empresas de “rating”, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros de caráter especulativo nem em nenhum outro ativo de risco.

c) Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas.

d) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

e) Eventuais expectativas da Companhia de redução ou aumento na exposição a riscos relevantes

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. A Companhia monitora constantemente mudanças no cenário político e setorial que possam influenciar as atividades, através de acompanhamento dos principais indicadores de performance.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, do IGP-M e da TJLP, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Juros a incorrer</u>		
		<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
Juros sobre a 1ª série das debêntures	Alta do CDI	21.245	25.064	28.832
Juros sobre a 2ª e 3ª séries das debêntures e empréstimos	Alta do IGP-M	101.703	115.242	128.752

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

Notas Explicativas

As taxas consideradas foram:

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
CDI (a)	11,66%	14,58%	17,49%
IGP-M (b)	10,11%	12,63%	15,16%

(a) Refere-se à taxa do CDI em 31 de março de 2011.

(b) Refere-se à variação do IGP-M acumulada projetada para os próximos 12 meses.

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes de mercado. As operações desses instrumentos são realizadas pela área de operações financeiras da Companhia, por meio de controles e estratégia de operação previamente aprovada pela Diretoria.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de março de 2011.

28. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No período findo em 31 de março de 2011, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$24 (R\$130 em 31 de dezembro de 2010), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

29. SEGUROS CONTRATADOS

A Companhia tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 31 de março de 2011, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Cobertura</u>
Seguro garantia	Maio/2010 a maio/2011	225.013
Responsabilidade civil	Maio/2010 a maio/2011	639.103
Riscos patrimoniais	Maio/2010 a maio/2011	2.440.355
Riscos - perda receita	Maio/2010 a maio/2011	639.103
Equipamentos	Março/2011 a março/2012	1.343
Painéis	Maio/2010 a maio/2011	113
Veículos	Junho/2010 a junho/2011	Tabela Fipe

Notas Explicativas

30. CONTRATOS DE CONCESSÃO

A Ecovias iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão, pelo prazo de 20 anos e mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios.

Em 21 de dezembro de 2007, através do Termo Aditivo e Modificativo nº 10, a Companhia obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. O contrato de concessão possui vigência até março de 2024.

A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) Ampliação principal:

- Duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

b) Pagamento de:

- Direito de outorga, em parcelas mensais de valores definidos durante o período de concessão, no valor total de R\$87.000 (R\$44.857 ajustados a valor presente no reconhecimento inicial), acrescido de atualização monetária com base na variação do IGP-M da FGV.
- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

O contrato de concessão da Companhia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que à Companhia tem o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Notas Explicativas

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Receita de construção	9.955	44.561
Custos de construção	<u>(9.955)</u>	<u>(44.561)</u>
	=====	=====

Em 31 de março de 2011, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Companhia estão estimados em R\$433.985 (R\$517.075 em 31 de dezembro de 2010).

31. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 4.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda e contribuição social, dividendos pagos, juros sobre o capital próprio e juros pagos estão demonstrados na movimentação dos fluxos de caixa.

As movimentações que não afetaram o caixa referem-se às transações de aquisição de equipamentos operacionais, detalhadas nas notas explicativas nº 9 e nº 10.

32. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. foi aprovada pelo Conselho de Administração em 6 de maio de 2011.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.
São Paulo - SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Informações contábeis intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações contábeis intermediárias do valor adicionado ("DVA") referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações contábeis intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de maio de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2

As folhas das ITR, por nós revisadas, estão rubricadas tão somente para fins de identificação.